



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 092

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 17 DE AGOSTO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 219ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Extensão à Amazônia, da política creditícia adotada para o Nordeste.

DEPUTADO JOÃO GILBERTO — Visita realizada pelo Presidente José Sarney ao Uruguai.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Atuação desenvolvida pelo Ministro Waldir Pires à frente do Ministério da Previdência e Assistência Social.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Comentários sobre a viagem realizada pelo Presidente José Sarney ao Uruguai. Considerações sobre o mandato parlamentar, a propósito de críticas formuladas por órgãos da imprensa, sobre a assiduidade dos Srs. Congressistas nas sessões plenárias.

DEPUTADO CELSO BARROS — Reparos a tópicos do discurso de seu antecessor na tribuna.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 52, de 1985-CN (nº 296/84, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.156, de 13 de agosto de 1984, que autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e dá outras providências.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.3.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 43 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 220ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE AGOSTO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Congratulando-se com o Deputado Luiz Henrique pelo discurso proferido por S. Exª na sessão anterior, quando enalteceu a atuação desenvolvida pelo Ministro Waldir Pires no Ministério da Previdência e Assistência Social.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se na próxima 2ª-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Celso Barros e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de "quorum" para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 219ª Sessão Conjunta, em 16 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcondes Gadelha.

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Cesar Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Gastão Müller — José Fragelli — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraná

Alufio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Araes — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Celso Peganha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PFL; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Roseburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kifuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 30 Srs. Senadores e 149 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não tenho mais dúvida em afirmar que a região amazônica, pela indiferença que lhe devotam os Governos da República em todos os tempos, parece ter sido batizada como “filha bastarda” desta grande e portentosa Nação.

Creio desnecessário explicar ao Plenário o sentido exato do vocábulo “bastardo”. Para conhecê-lo na amplitude de seu significado, basta dizer que quando se estabelece alguma programação com vistas a desenvolvimentos regionais, a Amazônia goza o privilégio de candidata nata à exclusão de participação nos seus benefícios.

Foi assim ao tempo da “Velha República” e continua assim já ao limiar da “Nova República”.

Agora mesmo, Sr. Presidente, me chega às mãos, por deferência do ilustre Ministro do Interior Ronaldo Costa Couto, uma espécie de palestra feita por Sua Excelência, que traz como preâmbulo, “A Hora e a Vez do Nordeste”. O título, como se vê, é por demais sugestivo, porém resulta de um repisado **Slogan**, tão antigo quanto a construção das pirâmides do Egito.

Mas, Sr. Presidente, o jovem Ministro do Interior, talvez porque seja jovem na idade e na militância da vida pública, começou a elucubração dizendo que “com a Nova República, chegou a hora e a vez do Nordeste”.

Frase de igual impacto emocional e social disseram-na, no passado, Getúlio, Juscelino, Goulart, Jânio, os Marechais Castello Branco e Costa e Silva, os Generais Médici, Geisel, Figueiredo e, já agora, o Presidente Sarney.

Não nos assustam os que afirmam, por convicção ou simples encenação lírica, haver chegado a hora e a vez do Nordeste. O que nos deixa perplexos é a ausência de uma única voz que proclame, mesmo que à guisa de generosidade, chegada a hora e a vez da Amazônia. Esta, permitam V. Ex.s o desabafo, é a voz que ainda não ressoou no horizonte da Pátria, para nos dar a certeza tão confusa de que a Amazônia pertence a esse corpo gigante chamado Brasil.

Gostaríamos, Sr. Presidente, que o Governo Federal desse mais do que promete ao sacrificado povo nordestino. Neste particular, estamos de acordo com o Ministro Costa Couto, quando afirma tratar-se de “região de contrastes físicos, econômicos e sociais”.

De outro lado, reconhecemos que nossos irmãos nordestinos parecem marcados para os grandes desafios, sobretudo aqueles que a natureza deflagra no rebordão das enchentes, cujos saldos resultam nos espectros da fo-

me, do desabrigo, das endemias mortais, do desespero social e da miséria desoladora.

Como brasileiros que somos, consideramos de notável política desenvolvimentista o carregamento de volumosos recursos para investimentos nas áreas da SUDENE, que é o pulmão do Nordeste.

Por que discriminar a Amazônia dos planejamentos que implicam no fortalecimento da sua economia e no bem-estar social de seus milhões de habitantes? Admitimos como válida a resposta que compilamos da obra "A Invenção da Amazônia", do Professor Armando Mendes. Diz ele:

"No caso de uma região como a amazônica, com míngua população dotada de uma base econômica extremamente frágil, o poder econômico e político resultante é praticamente nenhum nos superiores cenáculos nacionais. E até mesmo o que é feito na região, em prol de seu desenvolvimento econômico e social, resulta de um gesto paternal, por decisão do cume, à revelia dos homens de pensamento e de ação regional. Esta condição de minoridade é a expressão pior da situação colonial, imposta durante muito tempo pelos povos mais ricos aos mais pobres, e é simplesmente intolerável na esfera nacional, dentro das mesmas fronteiras".

Está inserido na história, para vergonha de nossas gerações, a clamorosa discriminação que sofremos em relação ao apoio dado pelo Governo Federal a outras regiões tanto quanto nós necessitadas em todo o País.

Qual o Governo, até agora, interessado em saber as causas do nosso empobrecimento político, econômico, social e cultural, e por que nos consideram, de quando em vez, o celeiro do mundo?

Lutamos, ao longo do tempo, com as forças da experiência que Deus dotou o homem amazônida. Nossa agricultura, a despeito de tantos percalços, permanece empírica na forma de cultivo, tal como nos ensinaram as primeiras comunidades indígenas que enfrentaram o pioneirismo regional. A política extrativista, salvo em alguns setores, em nada mudou. A renda *per capita* não parece conveniente ser declarada para evitar humilhações aos que dela suprem as necessidades.

No campo creditício, os juros desestimulam os investimentos, por serem altíssimos, e por isto se tornam responsáveis pela queda da produtividade, provocando efeitos danosos no confronto entre a oferta e procura.

Para se ter uma idéia do que tem sido desastroso o alto custo do dinheiro aos produtores, basta citar que os preços das mercadorias de consumo, no Pará, superam os dos demais Estados. Tudo porque somos uma sociedade de consumo que nada produz, suprimindo o nosso abastecimento com produtos hortigranjeiros transportados de outras regiões.

Dir-se-á que temos tanta terra e pouco produzimos. É a verdade. Mas não se culpe de indolente o produtor amazônida, e sim o absurdo da política creditícia do Governo, que para o Nordeste e alguns municípios do Maranhão empresta dinheiro a juros de 35% a.a., enquanto para a Amazônia cobra correção plena, que eleva os custos financeiros para mais de 180% de juros ao ano.

No tocante ao assunto, devo fazer justiça aos ex-Ministros Ernane Galvêas e Delfim Netto que, sensibilizados com a realidade que expus sobre as dificuldades do agricultor amazônida, ordenaram a inclusão de 83 dos 87 municípios do Pará nos benefícios concedidos ao Nordeste, vale do Jequitinhonha e parte do Estado do Maranhão.

Graças a isto, Sr. Presidente, houve imediata recuperação no setor produtivo, e milhares de ruralistas puderam consolidar dívidas inadimplentes e obter novos financiamentos para custeio.

Indago: por que o Governo Federal não mantém essa política extensiva à região amazônica? O Ministro do Interior precisa visitar a região para sentir que não é apenas o Nordeste uma região de contrastes físicos, econômicos e sociais. Seria bom que S. Ex.^a procurasse conhecer o estado de pré-falência em que se encontra a SUDAM, assim como a situação agônica em que se debate o BASA, para fazer juízo de que não estamos exagerando ao reclamar um tratamento mais humano para a nossa região.

Em relação à SUDAM, Sr. Presidente, constringe-nos afirmar que o seu orçamento, ridículo por sinal, não bas-

ta para ressarcir a atualização de todos os projetos em execução na área. E como continuar aprovando outros?

Convém destacar ainda que a política dos Incentivos Fiscais para o FINAM e FINOR está sofrendo estorcedoras distorções nas suas formas de captações. Como o art. 17 (SUDAM) está em fase de vacas magras, o art. 18 (SUDENE) se projetou na cotação dos negócios especiais, alimentando a corretagem sinistra que no passado denegriu os objetivos governamentais, enquanto tornava milionários alguns poucos investidores.

Comenta-se, Sr. Presidente, que as captações de recursos do art. 18 para aplicação em projetos aprovados pela SUDAM com base no art. 17 são oneradas em aproximadamente 35% a 40%. Para não cometer o equívoco das acusações injustas, pretendo propor a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os desequilíbrios percentuais dos dois artigos (17 e 18), a fim de que possamos instruir o Congresso Nacional e convencê-lo a reformular a política dos Incentivos Fiscais, já existindo em tramitação na Câmara dos Deputados projeto de minha autoria.

O tempo regimental, Sr. Presidente, seria exíguo para uma explanação real que pudesse retratar todo o complexo problemático da região amazônica. Farei isso em trabalho seriado.

Concluo, esperando ouvir brevemente do Ministro do Interior a promessa de que outros governantes esqueçam de fazer, consubstanciada nestas palavras: "A hora e a vez da Amazônia". Se isto não for possível, então nos restará a alternativa de esperar a aprovação da Emenda à Constituição, proposta pelo Presidente José Sarney, convocando a Assembleia Nacional Constituinte para editar a nova Carta Fundamental do Brasil.

Mesmo discordando da legitimidade da convocação, porém disposto a me curvar ao imperativo da vontade do Congresso Nacional, convém que não esqueçam o assustador crescimento do índice de irresignados com a acintosa política discriminatória contra os interesses da Amazônia, em razão da qual estamos colocados em injusta condição de inferioridade dentro dos limites da mesma fronteira pátria.

Quem poderá evitar que no bojo da futura Carta Política, elaborada por legisladores constituintes que não estarão submissos às peias do art. 47, § 1º, da Constituição de 67, as bancadas eleitas nos Estados e Territórios da Amazônia para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal desflagrem a luta pela conquista do nosso irredentismo, visando fazer da região a mais nova República Federativa no mundo contemporâneo.

Como lembrança do País ao qual tanto demos do nosso esforço comum para transformá-lo na potência econômica que deslumbra os olhos dos povos civilizados, haveremos de continuar cultuando o idioma e as tradições históricas que recebemos como legados dos nossos antepassados.

Constrange-nos que isto aconteça. Porém, não há outro caminho, se continuarmos sendo tratados como filhos do outro Brasil, que não aquele descoberto pelo navegador português Pedro Álvares Cabral.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Homem da fronteira do Brasil com o Uruguai e tendo, entre os meus ancestrais, alguns cidadãos uruguaios, desejo registrar a importância histórica e política da recente visita do Presidente José Sarney à República Oriental do Uruguai, em especial, o aspecto político dessa visita, porque o Uruguai foi um dos países que mais sofreu durante a ditadura militar que predominou no chamado Cone Sul, a ponto de ter até reduzida a sua população em território nacional.

O Uruguai necessita da solidariedade, do vínculo fraterno com nações vizinhas, a Argentina e o Brasil, no seu trabalho de reconstrução democrática, e porque o Uruguai, também, atravessa uma crise econômica que me parece mais grave que a própria crise brasileira, pelas condições locais daquele país.

Mas desejo, também, enfatizar que essa visita teve resultados positivos para as populações da fronteira, tanto uruguaios como brasileiros, aquela fronteira onde a fra-

ternidade impera, onde idioma oficial é o "portunhol", uma mistura do português com o espanhol.

Foram assinados tratados que vão criar novas condições para a região da fronteira. Vai ser reativado, não nas bases grandiloquentes de antigamente, o programa da Lagoa Mirim e também, em especial, será criada uma comissão que vai estudar medidas para desenvolver os dois lados da linha fronteiriça. A fronteira do Brasil com o Uruguai apresenta vários municípios do nosso lado e apresenta um caso muito especial que é o de Livramento e de Rivera, que têm a fronteira seca e, portanto, duas comunidades, não sei se dá para dizer, separadas ou unidas apenas por uma rua e um parque.

Esta visita demonstra que o Governo brasileiro está retomando os compromissos latino-americanos, está priorizando a política continental, o que, de há muito, se fazia necessário. O Brasil, anteriormente, vinha num processo de voltar as costas para o Continente, para a América Latina, e isto ocasionava sérios problemas para futuro continental e para o futuro brasileiro.

A primeira viagem internacional do Presidente José Sarney ao Uruguai marcou bem que a prioridade da política externa é o entrosamento continental e a política voltada para a fraternidade continental, o que é muito bom. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No século XIX, principalmente em seus primórdios e em sua metade, tornou-se de perversidade aguda a questão social na Europa, fruto do liberalismo econômico que presidia as relações entre o capital e o trabalho durante os primórdios da chamada Revolução Industrial.

Naquela época, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vigiam as idéias de Malthus, de que haveria um crescimento geométrico da população e de que não haveria alimento para todos. A essas idéias se juntou a doutrina de David Ricardo, que pregava total liberdade nas relações econômicas, no sentido de que sobrevivesse o mais forte. A essas idéias se contrapôs o ideário de Karl Marx e de Friedrich Engels. E, no meio dessas posições, na mesma Alemanha onde surgiu o socialismo, na mesma Alemanha onde surgiu o marxismo, através da figura de Bismarck, construiu-se o meio termo, a doutrina do seguro social.

Sr. Presidente, foi ali, com Bismarck e sua política, que surgiu a primeira proposta clara de previdência social. Mais tarde, bem mais tarde, a encíclica *Rerum Novarum* delinearia o chamado Estado Intervencionista ou o Estado Solidário, que se situaria no meio intermédio, entre o selvagem capitalismo, defendido por Ricardo, e o total estatismo, defendido por Marx, e aprofundado por Lenin.

Sr. Presidente, a Previdência Social, no regime capitalista, tem importância política fundamental, porque representa contraponto ao poder econômico do patrão que submete, por esse poder, o empregado, o poder social da lei protetora, no sentido de promover a paz e o equilíbrio social. Não haverá paz, nem equilíbrio social, e esta sociedade estará sempre numa guerra civil surda, senão aprimorarmos a nossa legislação social, e não tornarmos eficiente, acreditada, a Previdência Social.

Sr. Presidente, abordo este tema para enaltecer o trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe do Ministro Waldir Pires, que está, em poucos meses, transformando a imagem sombria de uma Previdência deficitária, que apresentaria um rombo, este ano, de oito trilhões de cruzeiros, numa nova Previdência capaz de, mesmo com poucos recursos, retirar as suas finanças do desequilíbrio e estabelecer superávit no fim deste ano.

Quando a Previdência Social foi instalada neste País, na era getuliana, a primeira proposta de Constituição previdenciária para o Brasil, que foi depois aperfeiçoada, melhorada e tornada mais abrangente, estabelecia, como fonte de custeio, uma contribuição tripartite, ou seja, que a Previdência Social seria custeada pela União, seria custeada pelos empregadores e pelos empregados.

No entanto, Sr. Presidente, e isso se acentuou nos últimos vinte anos, a União foi retirando, cada vez mais, a sua contribuição, e, no final do Governo Figueiredo, essa contribuição se limitava a pouco menos de 4%. Mes-

mo assim, mesmo sem a contribuição eqüânime do sistema tripartite do Governo, mesmo sem cortar benefícios, como se vinha fazendo anteriormente, mesmo mantendo benefícios criados pelos governos anteriores sem a respectiva fonte de custeio, mesmo concedendo aumento superior ao INPC para os seus segurados, mesmo concedendo aumento acima da inflação aos hospitais, o Ministro Waldir Pires, apenas com a credibilidade que possui, ele e seus principais assessores, conseguiu reverter o quadro funesto da Previdência Social.

Hoje, Sr. Presidente, a Previdência Social já está se capacitando a coibir, a prevenir, a impedir novas fraudes; hoje, Sr. Presidente, a Previdência Social mantém um sistema de amostragem, pelo qual 5% dos segurados, que foram internados em qualquer hospital do País, recebem uma carta para dizerem se realmente foram internados, se realmente foram internados naquele hospital e se aquela conta hospitalar, que foi apresentada à Previdência, corresponde na verdade ao tratamento verificado; hoje, o aperfeiçoamento dos computadores da DATAPREV está permitindo à Previdência Social apurar as fraudes ocorridas no passado; hoje, Sr. Presidente, pela seriedade da arrecadação do IAPAS, entregue ao competente ex-Vice-Líder do MDB, Deputado Paulo Macarini, as providências adotadas no âmbito do IAPAS, de cobrar das empresas e das entidades que não estavam pagando e de melhorar o sistema de arrecadação, já deram à Previdência Social uma melhora significativa de 12% médios reais na arrecadação daquele sistema.

Por isso, Sr. Presidente, se há um setor deste Governo, dentre tantos outros, que merece ser enaltecido, seja pela condução filosófica que está sendo desenvolvida nele, seja pela seriedade, seja pela criatividade, seja pela capacidade administrativa, é o Ministério da Previdência Social. Feliz do Brasil que tem um Ministro da composição, da capacidade, da cultura, do conhecimento universal como Waldir Pires. Este Ministro honra os novos tempos de democracia, de liberdade e de seriedade na condução da coisa pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento, por delegação da Liderança do PDT.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós precisamos jogar claro e com muita autenticidade as cartas na mesa. O Brasil, em termos de administração pública, não está vivendo num mar de rosas, não.

A viagem do Senhor Presidente da República, com um acompanhamento técnico, ao Uruguai, parece-nos aquela situação do jovem acadêmico que, quando passa no vestibular, tenta se banhar no chafariz da praça. A emoção é tamanha, com os resultados auferidos pelo seu exame, que ele se sujeita a todo e qualquer procedimento cômico para valorizar o seu esforço. E, nada mais e nada menos, é que estamos constatando na Nova República. Mães que querem matar os seus filhos porque não podem lhes dar comida. "Mãe solteira pode matar os dois filhos, Antônia Rosa da Silva, 21 anos, doméstica, sem casa e sem marido ameaça envenenar os dois filhos e depois se suicidar". Aqui, Ex^a, no *Correio Braziliense* de hoje, fotografia dessa desditosa senhora, nossa irmã. Deixamos os enfermos em estado de agonia, no nosso País, e vamos fazer tratados, convênios, cartas de intenções, com países vizinhos, é verdade, passando, quem sabe, até por piores problemas que nós, brasileiros.

Mas o que se soube da viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República é que foi uma viagem amistosa, fraterna, amiga, boa e salutar, verdadeiramente um papo entre amigos, na fronteira da fraternidade, como se diz entre Rivera e Livramento. Mas o pior de tudo, Ex^a, é que o Ministro da Agricultura, que é gaúcho — e não sei por que cargas d'água os gaúchos não estão dando sorte nos Ministérios, mais de quinze gaúchos foram Ministros nesses últimos vinte anos, e inclusive um deles construiu uma piscina com a letra do seu nome, a letra "J", que há pouco foi trocada por um edifício, aqui em Brasília — Ministro que combatia o sim senhor, o amém, o Ministro Pedro Simon, declara, do outro lado da fronteira do País, que iria comprar vinte mil toneladas de carne para serem industrializadas, no País, e revendidas para fora. Muito bem. Se a questão é render di-

visas, lucros, para diminuir a fome voraz dos piratas internacionais, tudo bem, se essa é a tese fundamental. Mas, em contrapartida, os nossos rebanhos bovinos, e agora que nos encontramos exatamente na entressafra, no momento em que o nosso gado começa a perder peso, quase 10 quilos por dia, tendo em vista os altos índices pluviométricos caídos nos últimos dias, o frio, a chuva e a falta de pasto, tudo isso leva o gado a diminuir de peso acentuadamente, a ponto de se perder quase tudo que se ganhou no verão, o Ministro deixa os nossos rebanhos nas mãos dos nossos sofridos pecuaristas, hoje não mais com condições de manterem os seus rebanhos e as suas propriedades rurais; e o Sr. Ministro, sem ouvir as Lideranças atinentes à espécie, vai comprar milhares de toneladas de carne de arroz no Uruguai, como se este País fosse um país de botocudos, fosse um país de analfabetos, de cegos, de surdos e de mudos.

O Sr. Luiz Henrique — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Com muito prazer. O aparte de V. Ex^a por certo irá ilustrar o nosso raciocínio.

O Sr. Luiz Henrique — Nobre Deputado, o seu contrêncio João Gilberto acabou, há poucos instantes, de falar da importância dessa viagem, dessa histórica viagem que o Presidente da República José Sarney fez ao Uruguai. Não fossem pelas razões já elencadas pelos ilustres Deputados João Gilberto e Osvaldo Nascimento, eu lembraria que a primeira viagem do Presidente José Sarney teria que ser ao Uruguai, porque foi o Uruguai que acolheu, que deu guarida, que deu asilo, que estendeu o seu braço fraternal aos nossos exilados, às figuras importantes como João Goulart e Leonel Brizola.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Concordo com V. Ex^a Brilhante o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Luiz Henrique — No momento em que esses homens eram escorraçados deste País, era o Uruguai que dava guarida a esses ilustres homens públicos. V. Ex^a deveria enaltecer essa viagem, até porque o Brasil precisa pedir desculpas ao Uruguai pelo que fizemos a Universino Dias e a Liliam Celiberti. Mas, Sr. Deputado Osvaldo Nascimento...

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — E os nossos problemas continuam gritantes Ex^a; os problemas sociais, o projeto global do Governo em termos econômicos.

O Sr. Luiz Henrique — ... V. Ex^a critica a viagem pelo apoio econômico que o Brasil procura dar ao Uruguai, em grandes dificuldades neste momento. Pois eu lembraria que o Ministro Simonsen, nosso fraternal companheiro de Congresso, representa uma nova realidade do Ministério da Agricultura. Jamais o Ministério da Agricultura contou com tanto dinheiro para financiar a safra, jamais o agricultor contou, em todos os tempos, com tanto dinheiro para plantar. E está aí o problema de alimentação popular que será desencadeado e que haverá de deixar marcada na história a passagem do Sr. Pedro Simon.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Agradeço o aparte de V. Ex^a e simplesmente eu respondo com a voz dos fatos. "Juiz defende tráfico de crianças no Distrito Federal", ele acha preferível mandar menores para o exterior a vê-los praticando assaltos na Ceilândia. Bonito Ex^a! Pagar uma dívida emocional, uma dívida política. Mas, à nossa grande dívida social com o povo brasileiro se dá as costas. Não se buscou uma discussão mais global, um projeto mais abrangente, uma proposta mais firme com relação ao perfil econômico do País. Eu pergunto a V. Ex^a: quais foram as propostas sérias encaminhadas a esta Casa, já quase há quatro meses de Governo? O que nós temos constatado é que o Ministro Gusmão, menosprezando até os próprios dados do SNI, se joga com uma equipe de técnicos burocratas a pesquisar engajismo, a pesquisar corrupção e, em contrapartida, nós verificamos Aureliano Chaves apoiando, em São Paulo, Jânio Quadros que, ao nosso ver, deveria antes de querer concorrer a cargo público fazer um tratamento psiquiátrico muito sério, porque ele tem uma dívida loquaz com a Nação. Seu grande pecado foi a covardia, foi a omissão. E o ex-Vice-Presidente de Figueiredo, hoje Ministro

do Governo Sarney, está apoiando Jânio Quadros em São Paulo.

Mas, continuando, Ex^as, não basta só a viagem do Presidente ao Uruguai, observem:

A fabulosa quantia de Cr\$ 4 bilhões é quanto o governo Iris Rezende abriu, em crédito suplementar para a Secretaria de Comunicação Social, somente no início deste ano, para cobrir as despesas com órgãos de imprensa nacional destinados a melhorar a imagem do Governador, através de jornais e televisão, em rede nacional.

O Diário Oficial do Estado, de 11 de abril de 1985 publica o decreto do Governador abrindo crédito suplementar à SECOM, especificando tratar-se dos recursos necessários para divulgação das atividades governamentais. Isso quer dizer que em apenas três meses a SECOM já consumiu toda a verba que lhe foi destinada no orçamento do Estado para o exercício de 1985 obrigando o Governo a legislar por decreto, abrindo tantos créditos suplementares quantos forem necessários para o órgão, tendo em vista o excesso de arrecadação prevista para o exercício.

E aí continua, ilustres parlamentares, o derrame de dinheiro do povo para formar um perfil político, um cacife político — Iris Resende — que, em fazendo umas casinhas de João-de-Barro, à beira de uma estrada que chega em Goiás, se intitulou um dos maiores governadores de Goiás, quando, na verdade, eram companhias que faziam essas casas pré-fabricadas. Levavam quase um ano para a confecção dessas casas e as montavam em apenas um dia, com o trabalho do trabalhador, do pretendente a comprar a casa. E, logo em seguida, esse mesmo pretendente iria pagar a casa, que ele mesmo construiu, ao Sr. Iris Resende.

Está mal a Nova República. Está precisando de um tratamento de UTI. Repito. É aquela velha que colocou uma dentadura postiça, que se maquiou muito bem para tirar as rugas e ficar mais bonita, com um vestido a um palmo acima do joelho. E a gurizada, desesperada, nas ruas — até, quem sabe, em busca de pão atirou um busca-pê nas pernas da velha e lhe incendiou o vestido. E ela gritava: água, meus netinhos, e eles gritavam: azeite, minha avozinha; azeite, minha avozinha; azeite, minha avozinha.

É exatamente isso que o povo brasileiro está gritando, hoje, para a Nova República. A Nova República que nasceu numa inspiração salutar da unidade nacional, do clamor nacional em toda parte deste País, tem um grande pecado. Mas o grande pecado deste fim de século, de ter feito uma aliança, um concubinato atrás da igreja. Ela colocou a aliança, mas foi simplesmente um contrato de concubinato, não foi um casamento legítimo com o PMDB e a Frente Liberal. Estamos verificando que esse concubinato não está dando certo, foi um casamento apressado, sem o devido conhecimento um do outro e hoje, o que acontece? O País está às voltas com o sub produto da incompetência. São os sojicultores desesperados que plantaram seu produto e, obrigados a pagar seus créditos bancários, venderam a 46 mil cruzeiros a saca e, em contrapartida, o custo da saca montou em 76 mil cruzeiros. Pagaram para trabalhar 36 mil cruzeiros por saca de soja.

E ademais, Ex^as em todas as áreas, na educação, no quadro de funcionalismo público, onde um ascensorista de elevador está ganhando 400 mil cruzeiros por mês, um homem com 28 anos de serviço! Que é de reforma administrativa, que é de o quadro de reclassificação? A Câmara não recebeu, até agora, nada de concreto da Nova República.

E, por derradeiro, gostaríamos de dizer aos integrantes desta nova fase platônica da Nova República que não percam a oportunidade de refrescar a cabeça e reconhecer o grave erro praticado contra as aspirações do povo, e o povo irá cobrar em praça pública, brevemente, as promessas não cumpridas.

O desemprego está aí, a cada dia crescendo mais. Está aí, enfim, o BNH recebendo uma nova Comissão, porque as várias comissões constituídas para estudar um novo plano para o BNH não deram certo. E, ontem, tivemos a oportunidade de constatar, no Palácio do Planalto, o Presidente da República, com os seus assessores garbosamente, cheio de assessores, lançando nova comissão para estudar o plano do BNH. Tem algo errado

ai. Nós precisamos acertar; nós precisamos de um outro Pedro Álvares Cabral para descobrir esse Brasil, não simplesmente em termos territoriais, porque já está bem descoberto e muito bem conhecido; nós precisamos de um novo Pedro Álvares Cabral, que venha através de eleição direta, que terá consenso no seu governo, que terá afinidade no seu governo, que escolherá assessores que tenham verticalidade de aceitar e discutir com o Senhor Presidente as questões nacionais, que seja um Governo homogêneo, que seja forte, que seja um Governo democrático, isto que nós queremos; mas o que vemos não é isso. Estão aí os casuístas e irão continuar. O Presidente da República, que se elegeu com o compromisso de fazer o seu mandato de transição, até hoje não se pronunciou, e as lideranças do Seu Governo estão aí a nos dizer que Sua Excelência irá cumprir o mandato constitucional de seis anos. Por derradeiro, vamos assumir...

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nobre Deputado, o tempo de V. Ex^a está esgotado, aliás, ultrapassado já em três minutos. Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Pois não, Ex^a. Vamos concluir, dizendo o seguinte: As críticas montadas contra o Parlamento, devemos encará-las com muita seriedade — irmãos — porque, quando se levanta uma voz, há que se pensar, ouvir e meditar no que se levanta. Há necessidade que se diga para todo o povo, para o Brasil inteiro, que o mandato parlamentar se embasa em três elementos; o primeiro é o legislar; o segundo é o fiscalizar; e o terceiro é o representar. Quer dizer, há diferença de Executivo e Legislativo, há diferença de Judiciário e Legislativo; o Legislativo não está adstrito a ficar diuturnamente ocupando a sua cadeira aqui dentro deste plenário. Sabemos nós que todos os espaços de tempo são conferidos a um orador, exclusivamente dentro da cronologia do tempo.

O Deputado não pode ficar em seu gabinete atrás de uma xícara de café, tomando seu cafezinho, com ar refrigerado. O Deputado tem a obrigação de, como fiscalizador da lei, estar em toda a parte, no Norte, no Sul, no Leste, no Oeste, fiscalizando a execução desse programa que o Governo quer implantar e ouvindo o povo sentindo o povo, porque não se faz leis de cima para baixo. A grande fonte inspiradora do Direito — sabemos todos nós — é o princípio consuetudinário, quer dizer, nascido do povo, dos costumes.

Portanto, o mandato parlamentar não é um mandato de um profissional liberal qualquer. Ele tem compromissos de estudar com a sua comunidade, com os seus segmentos sociais, todas as questões que deverá trazer para desembocar no Parlamento, na discussão, no debate, no contraditório, porque, somente assim, ele estará fazendo leis fortes, seguras e firmes para governar este País.

Agradeço a atenção de V. Ex^s e a complacência do ilustre Senador que nos honra com cinco minutos a mais do tempo da Mesa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra, como Líder do PFL, ao nobre Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Deputado Osvaldo Nascimento fixou neste plenário uma imagem distorcida da realidade nacional, querendo, talvez, ampliar a imagem que domina a sua mente do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Somos do Rio Grande do Sul, Ex^a

O SR. CELSO BARROS — Aqueles problemas de ordem social aqui expostos revelam exatamente aquilo que ocorre no Estado do Rio de Janeiro onde não nasceu S. Ex^a, mas onde, como Deputado do PDT, foi buscar uma imagem fiel, para transpô-la além das fronteiras do Estado do Rio de Janeiro, e nos dar a impressão de que a imagem do Governo do Sr. Leonel Brizola é a imagem do Governo da República de José Sarney.

Os problemas de ordem social do Brasil são problemas estruturais, de difícil solução, arraigados numa tradição histórica, para a qual muito tem contribuído a própria formação da nossa sociedade. Desde a época colonial,

uma época de dependência política e econômica, passando pela República, onde essa dependência continuou até os nossos dias, quando, a despeito dos esforços por todos nós desenvolvidos, ainda não conseguimos vencer as barreiras principais do subdesenvolvimento e alcançar aquele nível social que constitui uma aspiração de todos nós, conscientes que estamos dos grandes problemas que nos afligem.

O nobre Deputado entremeou o seu discurso de imagens grotescas, inaplicáveis, por certo, a essa mesma realidade, ou antes, procurando isolar determinados aspectos dessa realidade e transformá-los numa generalidade de problemas, atribuindo-os exclusivamente ao atual Governo. S. Ex^a trouxe para cá o exame de problemas os mais diversos, de uma forma desordenada, como se pudessemos, através de casos isolados, imputar ao Governo a responsabilidade pela falta de solução de muitas crises, de muitos problemas que, em verdade, nos afligem e preocupam.

Iniciou o nobre Deputado com a viagem do Presidente José Sarney. Todos nós sabemos que a convivência internacional e o interesse da solução de problemas que atingem e interessam aos Estados aconselham essas viagens que não têm, apenas, um toque amistoso, mas guardam sobretudo um caráter de compromissos internacionais, envolvendo a área econômica, a área social, que não podem, absolutamente, ficar alheias às preocupações dos governantes.

Então, quando o Presidente José Sarney, após 4 meses de Governo, visita um país amigo, integrado na mesma realidade americana, e participando dos nossos próprios problemas, Sua Excelência o faz levado pelo interesse patriótico, não apenas de conciliar interesses entre os dois países, de acertar políticas que possam servir à economia dos dois países, mas, também e ao mesmo tempo para estreitar e fixar novos laços de amizade dos países amigos, para que esses mesmos países possam, unidos, melhor desenvolver e vencer as dificuldades.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CELSO BARROS — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Osvaldo Nascimento — Deputado Celso Barros, defender o indefensável é um instituto muito difícil, e V. Ex^a está tentando trazer um novo convencimento, e nós ainda deveras, não estamos convencidos. Primeiramente, temos que tratar o dente que está passando mal dentro da nossa Casa, para, em seguida socorrer o vizinho que ainda está num estágio de recuperação mais adiantada. A questão brasileira, a questão nacional é como estampam os jornais: mães querendo matar os filhos, juiz aceitando outorga da tutela, da curatela, a pais estrangeiros, levando filhos brasileiros para outros países, Ex^a Isso é de arrepiar a alma de todos nós, é de doer no coração de um pai e de uma mãe, ver essas crianças morrerem de fome por falta de um projeto sério, responsável, nesta República, quando os nossos administradores andam quase que em viagens de piqueniques, em viagens de turismo porque, em verdade, o que houve na viagem do Senhor José Sarney foi compra de arroz e de carne, quando os nossos estoques estão abarrotados. Se nos parecer um erro crasso laborar nesse raciocínio, respeito a opinião de V. Ex^a, mas o pronunciamento que fizemos nesta noite foi de advertência. Não queremos uma guerra civil neste País e o povo não aguenta mais o processo inflacionário, de recessão, de custo de vida galopante, de achatamentos salariais. Não há mais condição e V. Ex^a vai convir conosco e o povo nas ruas, nas praças, irá dizer conosco que foram blefados na praça pública. Eles queriam eleições diretas para mudar, mudar não simplesmente para andar fazendo viagens ao exterior, mas para procurar os ladrões que levaram este País à bancarrota, para colocá-los na cadeia, arrestar seus bens e devolvê-los ao povo, porque, à medida que se colocar em praça pública os bens roubados do povo, temos certeza que a classe política estará com 100% de credibilidade popular; aí então teremos partidos fortes, porque a grande reclamação do povo, a grande proposta em praça pública, a primeira, a prioridade um deste povo — para nós que estivemos nas praças públicas — era busca aos ladrões, aos ladrões do Sulbrasil, ladrões da CAPEMI, ladrões de tantas e tantas instituições que foram à falência, da própria Previdência Social, da SUNAMAM. Estão aí os cri-

mes a olhos grossos para se enxergar. Não podemos tapar o sol com a peneira. O povo brasileiro precisa urgentemente de um Presidente de pulso de ferro, de cérebro pensante e de um assessoramento básico, e a sustentação nacional só acontecerá com a legitimação pelo voto direto, eleição direta. Daí porque a importância de mandato do atual Presidente da República ser um mandato de transição, para devolver ao povo o direito de escolher os seus governantes, que até a presente data não tiveram essa feliz oportunidade de escolher o Presidente da República.

O SR. CELSO BARROS — Vejam bem, Srs. Deputados e Srs. Senadores, que toda esta onda do nobre Deputado Osvaldo Nascimento é para justificar a pregação do Sr. Leonel Brizola, para possibilitar a sua candidatura à Presidência da República em 1986.

O Sr. Osvaldo Nascimento — E a do Sr. Iris Resende, também Ex^a, que gastou 4 bilhões de cruzeiros em campanha eleitoral.

O SR. CELSO BARROS — E. S. Ex^a exibe aqui cenas de miséria e de pobreza, sem dúvida extraídas do mapa do Rio de Janeiro, sem dizer S. Ex^a ao Plenário, agora, e sem tê-lo dito antes, que o Rio de Janeiro é um Estado politicamente, socialmente e economicamente, abandonado pelo seu atual governante, esse mesmo governante que quer impor à Nação uma candidatura que a esta Nação não convém.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite V. Ex^a um aparte, por favor?

O SR. CELSO BARROS — E como S. Ex^a manifesta esse interesse de forma acendrada...

O Sr. Osvaldo Nascimento — E ele vai ser Presidente da República, tenha certeza disso Ex^a

O SR. CELSO BARROS — ... naturalmente coloca neste plenário porta-vozes para fazer acusações ao Governo do Presidente José Sarney, tendo como ponto de referência uma viagem feita ao Uruguai, onde se tratou de problemas sérios e de interesse do País, sobretudo no que concerne às necessidades econômicas, possibilitando o intercâmbio de bens e mercadorias, que são da maior importância para a economia dos dois países.

Criticar-se de um lado a viagem do Presidente José Sarney ao Uruguai, e de outro defender a legitimidade do poder, para que, dentro dessa legitimidade possa escanchar-se o Sr. Leonel Brizola, em verdade estabelecer uma forma extremada de raciocínio, supondo que este raciocínio é exagerado para acusar, e benévolo para defender, constitui uma forma de salvar o País e a Nação.

Mas, nobre Deputado, nós salvaremos este País...

O Sr. Osvaldo Nascimento — V. Ex^a me confere o aparte novamente, Deputado Celso Barros?

O Sr. Celso Barros — ... e esta Nação a partir do momento em que homens como o Sr. Leonel Brizola, souberem pensar e sentir o momento nacional. Defender perante o País e à Nação, as posições que se ajustem aos objetivos da ordem democrática instaurada há pouco tempo, e que não devemos, absolutamente, atropelar como V. Ex^s do PDT certamente o fazem...

O Sr. Osvaldo Nascimento — É verdade Ex^a, porque os banqueiros internacionais estão aí, os piratas internacionais, a CIA, os ladrões ainda impunes estão soltos. Eles temem a atuação do Governador Leonel Brizola. Esta é a grande verdade, ilustre Deputado Celso Barros, que não quer nos conceder o aparte.

O SR. CELSO BARROS — ... atropelar, não em benefício da Nação, mas em benefício personalista, justamente para taxar de ladrões desonestos aqueles que não comungam da cartilha ditada por aqueles que não têm sabido...

O Sr. Osvaldo Nascimento — O Governador Leonel Brizola esteve 15 anos no exílio, e até o presente momento ninguém encontrou nada contra sua pessoa, Ex^a

O SR. CELSO BARROS — ... no Rio de Janeiro, desenvolver uma política séria e a altura das necessidades do País. V. Ex^a vai ouvir que esse quadro que está aí, conta em grande parte com a responsabilidade do seu Governador.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Isso, na opinião de V. Ex*.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha — Fazendo soar a campainha) — Advirto ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento que o aparte tem que ser solicitado e concedido pelo orador.

O SR. CELSO BARROS — Não podemos absolutamente imputar ao Presidente José Sarney a onda de descrédito em que vive a nação, em função do desregramento, da desonestidade e dos crimes praticados no passado, em relação aos quais, se há algum conivente é, por certo o Governador do Rio de Janeiro que jamais levantou a voz para profligar esses desregramentos e esses crimes e nem tampouco os Deputados filiados ao seu Partido, que jamais vieram a esta Tribuna para apresentar, em relação ao mesmo Estado do Rio de Janeiro, um quadro socialmente invertido, de uma sociedade marcada pelo crime e pela impunidade.

O Sr. Osvaldo Nascimento — O salutar direito de contraditório, permita-nos, V. Ex*.

O Sr. Edme Tavares — V. Ex* me permite?

O SR. CELSO BARROS — Pois não.

O Sr. Edme Tavares — Nobre Deputado Celso Barros, estou ouvindo, com vivo interesse, a argumentação de V. Ex*, por sinal muito brilhante, em que procura relembrar, inclusive, fatos da vida política nacional. E, agora, se não me falha a memória, pelo que li na imprensa, pelo que vi de entrevistas, o atual Governador Leonel Brizola propôs, naquela época, num ato democrático, a própria prorrogação do mandato do Presidente da República. Queria apenas lembrar esse fato a V. Ex*.

O SR. CELSO BARROS — Supondo que, naturalmente, o Presidente João Figueiredo fosse aceitar, na bandeja, essa oferta, a fim de que, já comprometido com a opinião pública, pudesse ter um prazo limitado para governar e o seu substituto fosse, exatamente, o Sr. Leonel Brizola, aquela oferta era uma espécie de Cavalito de Tróia; depois que a cidade dormisse, ele certamente despertaria para invadi-la e para sacrificá-la.

O Presidente João Figueiredo não teve condições de ver prorrogado o seu mandato, porque era essa a isca que o Sr. Leonel Brizola deveria jogar no anzol das suas ofertas, justamente supondo que o peixe fosse fizado e o Sr. Leonel Brizola tivesse uma situação vantajosa para atingir os seus objetivos, no sentido de galgar a Presidência da República.

Não lhe nego o direito de pleitear a Presidência da República, mas que S. Ex* aguarde o transcurso da época da normalidade democrática em que vivemos para que, depois do mandato do Senhor Presidente José Sarney, possa, em verdade, apresentar-se como candidato legítimo a disputar a preferência nacional.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. CELSO BARROS — Com muito prazer, ouço V. Ex*.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Nós gostaríamos de ser bem claros, aqui, na nossa exposição.

O SR. CELSO BARROS — Lamento que a de V. Ex* não tenha sido tão claro.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Quando o Sr. Leonel Brizola encampou a TIT, no Rio Grande do Sul, a Bond & Share, estava nacionalizando as riquezas para o Rio Grande do Sul e para o Brasil e, de repente, lançou-se o plano das grandes reformas de base, e V. Ex* sabe muito bem que dois elementos básicos foram os que detonaram a Revolução a quartelada de 1º de abril; V. Ex* sabe muito bem que foram exatamente as remessas de lucros, hoje muito bem claras, através do Fundo Monetário Internacional e banqueiros e a reforma agrária que estão largando como uma outra questão de efeito psicológico para o povo esquecer o projeto social que até hoje não foi implantado e deixaram os americanos às soltas, como estão, com um dólar valendo 9 mil cruzeiros! Eles já estão reformando o Brasil, através do poderio econômico pela nossa legislação ordinária. Nós estamos entregando, a cada minuto que passa as nossas riquezas aos piratas internacionais, já não digo multinacionais, porque, lamentavelmente, o elitismo ainda é o que dirige este País, o

conservadorismo. Nós precisamos imediatamente enxugar essa espiral administrativa e colocarmos no poder um homem que não seja comprometido com as forças alienígenas e que implante nesse País um projeto nacionalista, começando por encampar essas multinacionais que estão aí sugando as energias dos nossos trabalhadores. Temem o Brizola, isso sim, porque ele esteve 15 anos num exílio e não conseguiram coisa alguma contra ele, a não ser a pecha de ser incendiário, de ser comunista. Então aí os partidos abertos, os partidos Comunistas, é o PC, o PC do B, o MR-8 e o Brizola continua no seu PDT, no seu partido de origem e quando chegou ao Rio Grande, ao Brasil, ele disse: "O Brasil vai mudar, mas é preciso que comecemos a mudar as nossas cabeças". Precisamos de Partidos fortes e para que tenhamos Partidos fortes nós não podemos aceitar os desafios da direita, achando que Leonel Brizola é um bicho-papão, é um homem do outro mundo, é um assombro; nada disso, é um grande homem, competente, e no ano 2010, nós temos certeza, a juventude irá colocar no peito a sua fotografia, como um dos maiores líderes da América Latina.

O SR. CELSO BARROS — V. Ex*, nobre Deputado, demonstra uma certa fobia pelos assuntos internacionais e agride toda espécie de participação nacional...

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Deputado Celso Barros, a Mesa adverte que o tempo de V. Ex* está esgotado.

O SR. CELSO BARROS — Concluirei, Sr. Presidente. Mas V. Ex* se esquece de que o Sr. Leonel Brizola, quando desejou discutir política no País e, em torno de uma mesa, reuniu personalidades para discutir os problemas políticos e sociais do Brasil, ele não foi convocar os estudiosos de nosso País, ele foi convocar os representantes da Internacional, convidando-os para o Rio de Janeiro, hospedando-os nos hotéis de luxo do Rio de Janeiro e com eles discutindo problemas pertinentes à nossa realidade política. Esta é uma forma de entregar a discussão dos problemas brasileiros a agentes internacionais.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Só um minutinho, Ex* Só uma frase!

O SR. CELSO BARROS — Caro Deputado, os agentes internacionais não se caracterizam, apenas, na área econômica, mas também na área intelectual...

O Sr. Osvaldo Nascimento — Só uma frase gostaríamos de incluir no discurso de V. Ex*, se nos permite.

O SR. CELSO BARROS — Quero dizer a V. Ex* que não tenho nenhuma fobia por aqueles que, no panorama internacional, contribuem para o nosso progresso. O que quero dizer a V. Ex* diz respeito às contradições em que incide V. Ex* Pois, ao mesmo tempo em que condena o Governo por fazer viagens internacionais, ao Uruguai, V. Ex* não condena Leonel Brizola por convocar a Internacional Comunista e representantes de governos internacionais, para reuni-los no Rio de Janeiro, a fim de debaterem problemas que poderiam ser debatidos em nosso País.

O Sr. Osvaldo Nascimento — O Parlamento é feito do contraditório, Ex* A arma da democracia é o contraditório.

O SR. CELSO BARROS — Isto é uma contradição e embora eu não tenha absolutamente esta fobia para agredir as pessoas internacionais, o que quero dizer é que não admito a contradição daqueles que fazem reservas à colaboração internacional num sentido e aceitam livremente, acalentando essas presenças com os cofres públicos do Rio de Janeiro, esquecendo-se de que, no momento em que Leonel Brizola se banquetava com aqueles juristas, cientistas, filósofos e estudiosos vindo de outros países, na periferia do Rio de Janeiro estava se processando aquele sofrimento e a mesma dor de que fala o jornal que V. Ex* exibiu.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Com toda humildade, Ex*! Uma frase só! (Consentimento do Orador) Ocorre que Brizola é como pão-de-ló: quanto mais bate, mais cresce! Tenha certeza disso.

O SR. CELSO BARROS — Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à leitura da Mensagem Presidencial nº 52, de 1985-CN, que será feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 52, de 1985-CN

(Nº 296/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o texto do Decreto-lei nº 2.156, de 13 de agosto de 1984, publicado no *Diário Oficial* da União do dia subsequente, que "autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e dá outras providências".

Brasília, em 15 de agosto de 1984. — **João Figueiredo**.
E M nº 532/84

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o plano já executado para o socorrimto e recuperação econômica da Companhia Nacional de Tecidos Nova América que, após enfrentar nos últimos anos um período de grave crise, teve sua falência decretada em 24 de outubro de 1983.

Ainda que sob o regime falimentar, mas em razão da invulgar posição que a Empresa desfrutava no contexto sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro e do País, considerada uma das maiores arrecadadoras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM e oferecendo cerca de 3.500 empregos diretos, a Massa Falida da Nova América foi autorizada, pelo MM. Juiz da 2ª Vara de Falências da Comarca do Rio de Janeiro, a continuar, sob regime especial, as suas atividades, o que ocorreu no período de 25 de outubro de 1983 a 19 de janeiro de 1984.

Entretanto, não só por falta de um suporte financeiro que lhe desse o necessário respaldo, como, também, pela ausência, na sindicatura, de uma estrutura empresarial à altura das necessidades de uma companhia do porte da Nova América, a tentativa de continuidade dos negócios frustrou-se, agravando-se, ainda mais, a já precária situação da falida.

Em atendimento às expressas determinações transmitidas por Vossa Excelência, esta Secretaria de Planejamento, em ação direta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e conjunta com o Banco do Brasil S. A., procurou encarar o problema da falência da Nova América, a partir da prioridade dada aos seus aspectos sociais, buscando, ao mesmo tempo, identificar os caminhos para sua reativação como empreendimento viável e os requisitos mínimos capazes de torná-la possível, já que sem alcançar a sua recuperação em termos empresariais, a solução do grave problema social emergente da falência, seria apenas temporária.

No desenvolvimento das projeções econômico-financeiras formuladas, constatou-se, como já esperado, que as possibilidades de reativação, sendo reais, estariam, no entanto, condicionadas ao aporte de novos recursos para capital de giro, à capitalização de grande parte da dívida existente e ao reassonamento dos saldos remanescentes, notadamente os de natureza tributária, saneando-se o passivo.

Ficou evidenciada, assim, a necessidade de capitalização dos créditos das principais instituições financeiras credoras, da ordem aproximada de Cr\$ 100 bilhões, bem como de novo aporte de recursos para formação de giro inicial, estimado em cerca de Cr\$ 17 bilhões, seja sob a forma de capital de risco ou de empréstimo a longo prazo.

A maioria absoluta das diversas instituições financeiras privadas que figuravam como credoras, após exaustivas mas profícuas negociações, concordaram na capitalização de seus créditos e assentiram, em princípio, algumas delas, na possibilidade de aportarem, proporcionalmente, por uma das modalidades antes citadas, o capital de giro necessário para o reinício das atividades da Nova América.

Registre-se, neste contexto, o propósito já manifestado, publicamente, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de capitalizar os créditos do Sistema Financeiro Estadual e de estabelecer facilidades para a solução das dívidas da Nova América perante a Fazenda Estadual. Dessa forma, como a orientação governamental já nos levava a entendimentos a respeito dos encargos fiscais, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e junto à Secretaria da Receita Federal, a posição do Governo do Estado do Rio de Janeiro nos conduz a uma situação animadora no que se refere à liquidação dos encargos de tal natureza, o que permitirá que a empresa reinicie suas atividades desonerada desses pesados encargos.

No que tange especificamente ao Governo Federal, cuja ação se dará através dos agentes financeiros da União, estabeleceu-se que os recursos necessários para a subscrição e integralização do crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ser-lhe-iam supridos pelo Tesouro Nacional, enquanto o Banco do Brasil S. A., dentro de seus limites estatutários, converteria seu crédito em participação acionária, aplicando o saldo remanescente em debêntures não conversíveis, ou nestes papéis convertendo todos os seus créditos.

Em 30 de julho do corrente ano, o débito da Nova América junto ao BNDES era da ordem de cerca de 4.646.239,6709 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, então equivalentes a Cr\$ 61.584.373.578,88 (sessenta e um bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e setenta e três mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros e oitenta e oito centavos), nele incluídos as parcelas vencidas e vincendas. Cumpre registrar que esses valores correspondem a pagamentos de empréstimo externo contratado pela Nova América em dólares norte-americanos, com garantia do BNDES.

Nessas condições, tendo em vista ainda os juros de mora que incidirão sobre as prestações vencidas e não pagas, bem como a necessidade de manter, por sua equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, o valor dos recursos que lhe serão supridos pelo Tesouro Nacional para atender à oportuna integralização do saldo do montante a ser subscrito, o aumento de capital do BNDES, necessário para atender à parte que lhe compete no plano de saneamento financeiro da Nova América, deverá girar em torno de Cr\$ 70 bilhões, dos quais, no presente momento, sugiro o aporte de Cr\$ 40 bilhões, para que, por etapas possa o BNDES dispor do numerário necessário ao cumprimento das obrigações assumidas perante V. Ex^a.

A propósito cumpre-me informar a V. Ex^a que a capitalização dos créditos do BNDES implicará, ainda que temporariamente, na estatização da Companhia Nacional de Tecidos Nova América, fato que se justifica pelas razões de ordem social, política e econômica que levan-

ram o Governo Federal a se interessar pelo soerguimento da empresa. No entanto, quando da realização da primeira Assembleia Geral da empresa, a ser proximamente realizada, o BNDES, já como acionista, fará consignar em ata o seu firme propósito de negociar em Bolsa as suas ações, tão logo — recuperada a empresa — o seu valor venal se revele suficiente para o pagamento dos haveres do Banco.

Caracterizando-se a indústria têxtil por elevado grau de competição, em cujo mercado o sucesso empresarial em boa medida é decorrente de ações gerenciais modernas, torna-se necessário que a Empresa possa contar com decisões ágeis capazes de ajustá-la rapidamente aos requisitos mercadológicos, a fim de permitir a realização pronta de investimentos que lhe confirmem a desejável modernização permanente e de proporcionar a liberdade gerencial para remunerar segundo padrões bastantes para conquistar profissionais de Alto nível. Releva acentuar frente V. Ex^a que o parque industrial da empresa é considerado, à unanimidade, como dos mais perfeitos no hemisfério sul, fator que muito nos anima para que posamos em prazo curto, alcançar os objetivos traçados por V. Ex^a.

Considerando as inibições a que estão sujeitas as empresas estatais, que certamente limitariam a rápida recuperação do empreendimento em bases eficientes, sugere-se, em caráter excepcional, exonerar a Nova América das limitações, restrições e controles a que ficaria sujeita, facultando-se, ainda, a indicação, por esta Pasta, ouvido o BNDES, de pessoas bem sucedidas e de elevado conceito, funcionários ou não, para administrar o empreendimento, a serem eleitas pela Assembleia Geral da Empresa, uma vez que o BNDES reterá a maioria acionária necessária para tal fim, com a formação de um quadro de gerentes profissionais originários do campo da iniciativa privada, contratados a nível de mercado. As medidas ora preconizadas se justificam sobretudo porque esse é um setor nitidamente privado, e a Empresa, só excepcional e temporariamente guardará a forma estatal e isso, apenas, em termos de seu capital.

O Tesouro Nacional suprirá o BNDES dos recursos necessários à subscrição e integralização do aumento de capital a que se refere esta Exposição de Motivos, mediante a abertura de crédito especial para o mesmo fim, que correrá à conta do Orçamento da União.

Com as medidas ora propostas, que tenho a honra de submeter à elevada consideração de V. Ex^a, inclusive no que se refere à efetiva reabertura da fábrica, que se dará no próximo dia 15 do mês corrente, dar-se-á início ao elenco de providências necessárias à execução do plano de recuperação total da Companhia Nacional de Tecidos Nova América, assegurando-se a preservação de um empreendimento reconhecido e declarado de relevante interesse econômico e social.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a os protestos do meu mais profundo respeito. — **Antonio Delfim Netto**, Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

DECRETO-LEI Nº 2.156
DE 13 DE AGOSTO DE 1984

Autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item II da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a elevar o capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, no montante de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), inteiramente subscrito pela União.

Art. 2º Para atender ao aumento de capital previsto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial em favor do BNDES, no valor de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), mediante utilização de recursos provenientes do Orçamento da União.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 13 de agosto de 1984; 163º da Independência e 96º da República — **JOÃO FIGUEIREDO — Delfim Netto**.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Severo Gomes, Cid Sampaio, Fábio Lucena, Marcelo Miranda e os Srs. Deputados Irajá Rodrigues, Moysés Pimentel, Antônio Câmara, Denisar Arneiro e João Marques.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Virgílio Távora, Alexandre Costa, Lomanto Júnior, João Castelo e os Srs. Deputados Fernando Magalhães, Paulo Maluf e Pratiní de Moraes.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores José Lins, Luiz Cavalcante, Carlos Lyra e os Srs. Deputados Luiz Antônio Fayet e Estevam Galvão.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Deputado Amaury Müller.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

O prazo regimental de vinte dias, destinado aos trabalhos da Comissão, esgotar-se-á em 9 de setembro próximo, devendo o parecer concluir pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

O prazo a que se refere o § 1º do art. 55 da Constituição se encerrará em 17 de outubro vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 43 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs. 9 e 13, de 1985-CN, (9ª Sessão), e 12 e 14, de 1985-CN, (4ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos).

Ata da 220ª Sessão Conjunta, em 16 de agosto de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcondes Gadelha

ro — Gastão Müller — José Fragelli — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Riba-

ÀS 19 HORAS E 43 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Alveir Leal — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — César Cals — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Nelson Carne-

mar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Araes — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamin — PFL; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Celso Peçanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PFL; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco

Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoio — PT; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Vaimor Glavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Geovani Borges — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 30 Srs. Senadores e 149 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estava em meu gabinete, cuidando de meus afazeres como Deputado, quando tive oportunidade de ouvir a palavra do meu Vice-Líder Luiz Henrique, brilhante Deputado por Santa Catarina, referindo-se aos problemas da Previdência Social no Brasil e, em especial, falando a respeito das reformas que estão sendo realizadas naquele

Ministério, sob a supervisão deste grande Ministro Waldir Pires.

Queremos deixar aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o nosso testemunho de como andava podre a Velha República e como nós estamos tentando levantar a Nova República, sob o novo Governo. Estivemos no gabinete do Dr. Paulo Macarini, Presidente do IAPAS, e S. Ex^a nos fez chegar às mãos determinados documentos onde pudemos verificar e o que vou dizer vai estarrecer a Casa — que toda a aplicação de dinheiro feita pelo IAPAS no *overnight* durante o período de quase seis meses, ou seja, de 1º de janeiro de 1985 a 15 de junho de 1985, havia rendido para os cofres do IAPAS 216 bilhões de cruzeiros.

Entretanto, após a posse do Dr. Paulo Macarini, a aplicação de um mês de 16 de junho de 1985 até 15 de julho de 1985, havia rendido, para a Previdência Social, 113 bilhões de cruzeiros.

Como podemos nós, Sr. Presidente, entender esta matemática, quando sabemos que o *overnight* durante o primeiro semestre pagou juros exorbitantes que chegou até 21% e as aplicações durante seis meses renderam 216 bilhões. Em um mês somente, Sr. Presidente, o IAPAS conseguiu arrecadar 113 bilhões de cruzeiros. Por quê? Será que o dinheiro estava mal aplicado? Será que este dinheiro não estava bem olhado, bem guardado?

Nós poderemos somente lamentar, Sr. Presidente, e pedir a S. Ex^a o Sr. Ministro da Previdência Social que determine, o mais rápido possível, que faça um levantamento nos bens daqueles que tinham o poder de aplicar o dinheiro da Previdência Social e levante o quantum esses homens devem ter desviado diretamente das contas do IAPAS para as suas contas, porque é possível que isto aconteça na Nova República e que nada se faça contra esses que saquearam os cofres públicos. E, pior ainda, saquearam os cofres públicos do dinheiro do operário, do dinheiro do assalariado, do dinheiro daquele que precisa de tratamento de saúde e precisa de aposentadoria. Por isso, fica aqui o nosso pedido e a nossa solicitação ao eminente Ministro Waldir Pires, que, na sua brilhante jornada, não se esqueça de que existem ainda, na Previdência Social, muitos gatunos que precisam ir para a cadeia, e tem que ser apurado para que possamos vir a esta tribuna dizer com tranquilidade que a Nova República realmente veio para renovar.

Muito obrigado (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura da proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 1985, que determina que a união aplique não menos de 30% de sua renda tributária anual na região nordeste.

O Sr. Celso Barros — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Barros, pela ordem.

O SR. CELSO BARROS — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de *quorum*, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — É regimental o requerimento de V. Ex^a efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)